SEÇÃO IV DOS DEMAIS COMPONENTES DO COMITÊ

Art.11 Cabe aos componentes do Comitê Gestor do Plano de Sustentabilidade:
I- participar ativamente das reuniões de trabalho;
II- acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo comitê;
III- sugerir e aprovar as propostas a serem apresentadas pelo comitê, fazendo os ajustes que considerar necessários;
IV- elaborar normatizações relativas à elaboração do PLS;
V- coordenar e monitorar a implementação do PLS aprovado;
VI- promover o aprimoramento contínuo do PLS e suas ações sempre que necessário;
VII - propor medidas de aperfeiçoamento dos trabalhos do Comitê;
VIII - propor a criação de Grupos de Trabalho;
IX - indicar servidores ou representantes de outras instituições públicas ou privadas que possam contribuir para esclarecimento das matérias em discussão no Comitê;
X - propor as datas para realização das reuniões ordinárias;
XI - cumprir e fazer cumprir as decisões do Comitê;
XII - encaminhar matérias e minutas de documentos para análise e posterior apreciação e deliberação do Comitê;
XIII - assinar os documentos produzidos pelo Comitê;
XIV - desempenhar outras incumbências que lhes forem atribuídas pelo Comitê;
XV - promover a cultura de sustentabilidade.

SEÇÃO V DOS GRUPOS DE TRABALHOS TÉCNICOS

Art. 12 O Comitê Gestor poderá instituir grupos de trabalhos técnicos, não deliberativos, com o objetivo de contribuir no cumprimento das suas competências.

§1º Os grupos de trabalho técnicos de que trata o caput:

I - serão instituídos por meio de PORTARIA;
II - terão sua composição, seu objetivo, sua motivação, o prazo de sua duração e seu produto final determinados no ato de sua instituição.

§2º A participação nos grupos de trabalhos técnicos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O Comitê reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre, ou extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação prévia, na forma prevista neste Regimento.

Parágrafo único. As reuniões ocorrerão em sessão presencial ou virtual, quando impossibilitada a realização na modalidade presencial.

Art. 14. A convocação será encaminhada aos componentes e participantes pelo(a) Coordenador do comitê, por meio eletrônico, observados os seguintes prazos:

I - com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, quando se tratar de sessão ordinária;

II - com antecedência mínima de 03 (três) dias, quando se tratar de sessão extraordinária.

Parágrafo único. Do ato convocatório constará a pauta com as matérias a serem objeto de deliberação, bem como a data e o horário e, quando se tratar de reunião presencial, o local em que ocorrerá, além de outros documentos necessários à deliberação.

Art. 15. Os componentes do Comitê poderão propor matérias a serem submetidas à deliberação.

Parágrafo único. As propostas deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva do CGPS, acompanhadas de justificativa, contendo as razões para a proposta e a fundamentação técnica mínima necessária à sua apreciação.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 16. A reunião poderá ser iniciada com a presença de, no mínimo, cinco representantes com direito a voto.

§1º O quórum de deliberação do CGPS é de cinco representantes e o quórum de aprovação de deliberações é de maioria simples, em turno único.

§2º Para aferição do quórum, não serão computados os participantes sem direito a voto, ou aqueles para os quais não tiverem sido designados representantes.

§3º Em caso de empate, o(a) Coordenador(a) do Comitê poderá votar pelo desempate ou adiar a deliberação para outra reunião.

Art. 17. As reuniões serão dirigidas pelo(a) Coordenador(a) do Comitê ou, nas suas ausências, pelo seu suplente.

Art. 18. Na hora e local designados, e verificada a presença do quórum mínimo de componentes presentes, o(a) Coordenador(a) do Comitê declarará aberta a reunião e tecerá as considerações preliminares que julgar pertinentes acerca das questões a serem postas em votação e/ou outras matérias e avisos que entender pertinentes.

Parágrafo Único. O(A) Coordenador(a) do Comitê poderá, a seu critério, conceder a palavra a qualquer dos componentes que manifestem interesse em se pronunciar inicialmente.

Art. 19. Aberta a sessão e feitos os pronunciamentos iniciais, o CGPS passará a deliberar acerca das matérias constantes da pauta.

§1º A deliberação das questões constantes da ordem do dia obedecerá à seguinte sequência:

I - apresentação da proposta;

II - deliberações; e

III - votação.

§2º A ordem dos trabalhos poderá ser invertida, bem como a proposta poderá ser retirada de pauta, de forma justificada, a critério do(a) Coordenador(a) do Comitê, ou a pedido de qualquer de seus componentes, mediante concordância da maioria dos componentes presentes.

Art. 20. Encerrada a discussão, o(a) Coordenador(a) do Comitê colocará a

materia à votação, colhendo os votos de cada componente presente, que se manifestará nominalmente.

§1º O componente presente à reunião que precise se retirar antes de seu encerramento poderá, excepcionalmente, deixar voto escrito com o(a) Coordenador(a).

§2º Uma vez colocada proposta à votação, o voto apresentado na forma do §1º será lido por quem o(a) Coordenador(a) do Comitê designar, sendo contabilizado para todos os fins de direito, e será anexado à ata da reunião com as devidas especificações.

§3º Colhidos todos os votos, o(a) Coordenador(a) do Comitê proclamará o resultado.

§4º O resultado constará da ata, que indicará os votos favoráveis e contrários.

Art. 21. Exaurida a pauta, poderão, a critério do(a) Coordenador(a) do Comitê, ser tratadas outras matérias de caráter não deliberativo ou, concluídas estas, realizar o pronunciamento final e declarar encerrada a reunião.

Art. 22. Das reuniões serão elaboradas atas que informarão o local e a data de sua realização, nomes dos componentes presentes e demais participantes e convidados, resumo dos assuntos apresentados, debates ocorridos e as deliberações tomadas.

§1º As atas serão elaboradas preferencialmente em documento eletrônico.

§2º Após aprovação pelo(a) Coordenador(a) do Comitê, a ata será encaminhada, por e-mail, a todos os componentes do CGPS para aprovação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§3º Não havendo oposição, a ata será considerada aprovada e publicada no portal Intranet do TCE-PA.

§4º Havendo oposição, o(a) Coordenador(a) o Comitê, indicará à Secretaria Executiva as alterações cabíveis, no caso de acolhimento, ou consignando a impugnação, no caso de rejeição.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante deliberação da maioria simples de seus componentes.

Art. 24. As dúvidas suscitadas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidas por deliberação dos componentes do Comitê.

Art. 25. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

CONSELHEIRA ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Presidente

Protocolo: 951264

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 40.541, DE 16 DE JUNHO DE 2023.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o Memorando nº 049/2023 – SEGP, protocolizado sob o Expediente nº 010689/2023.

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor ANDERSON CARDOSO PANTOJA, Auditor de Controle Externo – Administrativo/Direito, matrícula nº 0101820, para exercer em substituição o cargo comissionado de Secretário de Gestão de Pessoas, durante o impedimento da titular ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO, no período de 10 a 24-07-2023.

ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Presidente

Protocolo: 951421

PORTARIA Nº 40.537 DE 15 DE JUNHO DE 2023.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a solicitação protocolada sob o Expediente nº 010776/2023,

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor ANDRÉ JOSÉ ARAÚJO VIEIRA, Auditor de Controle Externo, matrícula nº0101656, para exercer em substituição a função gratificada de Coordenador de Gestão de Desempenho e Carreira, durante o impedimento do titular, EUGÊNIO MARIA DOS SANTOS GUEDES, no período de 10 a 24-07-2023.

ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Presidente

Protocolo: 951274

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº: 06

CONTRATO Nº: 07/2018

DATA ASSINATURA: 16/06/2023.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original por mais doze (12) meses, nos termos do art. 57, inc. II da Lei 8.666/93, ou até a conclusão do processo licitatório e instalação integral da estrutura de execução do objeto, o que vier a ocorrer antes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Gestora: 020101 - Tribunal de Contas do Estado do Pará

UO: 02101

Funcional Programática:

1/01/032/1455/6267

PI: 4120006267C

Natureza: 339039

Fonte: 01500.000001

Detalhamento: 000000

CONTENÇÃO DE CRÉDITO: 2023.020101DC000122

CONTRATADA: FELIPE S. DE MORAES ME (CNPJ nº. 13.624.694/0001-80).

ORDENADORA: Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes.

Protocolo: 951405